Legislativo aprova crédito para construção de casa temática e retorno à Acamsop

FOTOS: ASSESSORIA/CMPB



O retorno à Acamsop foi aprovado, em segunda votação, na sessão dessa quarta-feira (3)



O presidente da Acamsop, vereador Claudio Alain do Carmo, participou da sessão

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Na sessão ordinária dessa quarta-feira (3), a Câmara Municipal de Pato Branco aprovou em segunda votação, o Projeto de Lei nº 82, de 2022, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza a abertura de crédito especial, no valor de R$ 1.881.360,65, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Os recursos serão destinados à revitalização da praça anexa à Igreja Matriz São Pedro Apóstolo, e à construção da nova Casa Temática, para utilização nos diversos eventos festivos do Município, como Natal, Páscoa e Dia dos Namorados.

Também em segunda votação, foi aprovado o Projeto de Lei nº 84, de 2022, que autoriza o Executivo abrir crédito suplementar no exercício de 2022, no valor de R$ 576.815,82, para o desenvolvimento de diversas ações da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Segundo o projeto, os recursos serão utilizados para "aquisição de equipamentos e materiais permanentes; material de consumo; funcionalismo; subvenções sociais; diárias; passagens e despesas com locomoção, obras e instalações, entre outras".

De autoria da vereadora Thania Maria Caminski Gehlen (PP) também foi aprovada a Moção de Aplauso nº 8, de 2022, a ser concedida ao time de futsal feminino do bairro Planalto, pela conquista do título do Campeonato de Interbairros.

Retorno à Acamsop

Em segunda votação, foi aprovado o Projeto de Lei nº 53, de 2022, que autoriza o Poder Legislativo de Pato Branco a filiar-se e contribuir, mensalmente, com a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná (Acamsop).

O PL aprovado é de autoria da Mesa Diretora da Câmara, composta pelos vereadores Claudemir Zanco (PL), presidente; Dirceu Boaretto (Podemos), vice-presidente; Eduardo Albani Dala Costa (MDB), 1º secretário; e Romulo Faggion (União Brasil), 2º secretário.

A votação contou com a presença do presidente da Acamsop, vereador de Santo Antônio do Sudoeste, Claudio Alain do Carmo, que foi convidado a participar da sessão, junto à Mesa, além da presença dos membros da Associação, Marcus Braz, Matheus Scheitt e Gilberto Guzzi.

De acordo com o presidente da Acamsop, a aprovação do Projeto desta Lei é um momento festivo para a instituição. "A Associação teve duros pesares no passado, mas estamos tentando, com muito esforço, reconstruir nossa história, em que o principal objetivo é empoderar o vereador, a vereadora. E nós precisamos, mais do que nunca, deixarmos de ser meros coadjuvantes e nos tornarmos verdadeiros protagonistas da história política do sudoeste do Paraná", concluiu Claudio.

Plenário autoriza em regime de urgência sete empréstimos para estados e municípios

Agência Senado

O Plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira (3), a autorização para sete empréstimos externos a estados e municípios. Eles foram autorizados na manhã desta quarta-feira (3) pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seguiram para aprovação dos senadores em regime de urgência.

Um dos empréstimos aprovados foi o do Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná: US$ 90,56 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinados ao financiamento parcial do Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná (MSF 42/2022). A matéria teve parecer favorável do senador Alvaro Dias (Podemos-PR) na CAE. Vai a promulgação.

"Esse empréstimo do BID de mais de 90 milhões de dólares permitirá ao estado do Paraná melhorar a qualidade do ensino, mantendo no ensino médio até a sua conclusão, de forma completa e absoluta, todos que nele ingressarem. Portanto é um investimento fundamental na esteira da necessidade que o Brasil tem de um projeto estratégico de desenvolvimento econômico e social, reconhecimento que estamos atrasados, décadas de atraso", afirmou Alvaro Dias.

Já o senador Flávio Arns (Podemos-PR) pediu que haja participação, diálogo e transparência para uso desses recursos. "Esse empréstimo aponta para 500 milhões de reais que serão aplicados em educação. O que a gente mais quer é que haja diálogo com professores, funcionários, profissionais, diretores e diretoras das escolas estaduais do Paraná, que fazem um trabalho extraordinário, diário, a favor da educação, para que participem efetivamente das decisões relacionadas a esse empréstimo", afirmou.

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO



Alvaro Dias foi o relator do empréstimo do Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná

Também foi autorizado o empréstimo para a expansão da Linha 2 do Metrô de São Paulo: US$ 550 milhões da Corporação Andina de Fomento (CAF) para financiamento parcial da expansão da Linha 2 do Metrô de São Paulo e aquisição de material rodante (MSF 43/2022). O relator da matéria foi o senador Giordano (MDB-SP). Vai a promulgação.

Outro empréstimo autorizado foi o Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte: US$ 80 milhões do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para o financiamento parcial do Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte (MSF 44/2022). O senador Alexandre Silveira (PSD-MG) foi o relator. Vai a promulgação.

Também foi autorizado o empréstimo para o Programa de Ampliação e Modernização do Sistema Prisional do Espírito Santo: US$ 82,32 milhões do BID para o financiamento parcial do Programa de Ampliação e Modernização do Sistema Prisional do Espírito Santo (MSF 46/2022). O senador Luiz Pastore (MDB-ES) foi o relator. Vai a promulgação.

Os senadores autorizaram ainda empréstimo para tratamento de esgotos da Região Metropolitana de Salvador: 60 milhões de euros do banco de desenvolvimento alemão KfW Entwicklungsbank para a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), destinados ao tratamento de esgotos da Região Metropolitana de Salvador (MSF 47/2022). O senador Jaques Wagner (PT-BA) foi o relator. Vai a promulgação.

Finalmente, foi autorizado empréstimo para o Projeto de Recuperação do Rio Tietê: US$ 79,86 milhões do BID para o governo do estado de São Paulo, destinados ao financiamento parcial do Projeto de Recuperação do Rio Tietê (MSF 48/2022). O senador José Serra (PSDB-SP) foi o relator. Vai a promulgação.

Aprovado financiamento de R$ 9,5 milhões para aquisição de britador para Usina de Asfalto

ASSESSORIA/CMPB



O Projeto de Lei nº 65, de 2022, foi aprovado na sessão de quarta-feira (4)

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Foi aprovado na sessão ordinária de quarta-feira (4), em segunda votação, na Câmara Municipal de Pato Branco, o Projeto de Lei nº 65, de 2022, de autoria do Executivo, que autoriza a contratação de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R$ 9 milhões e 500 mil, para aquisição de conjunto móvel de britagem e peneiramento, para instalação de Usina de Asfalto.

A matéria gerou um longo debate sobre questões legais e técnicas que envolvem o assunto. Após a discussão, o projeto recebeu sete votos favoráveis e três contrários.

Votaram a favor os vereadores Eduardo Albani Dala Costa (MDB), Dirceu Luiz Boaretto (Podemos) Joecir Bernardi (PSD), Lindomar Rodrigo Brandão (PP), Marcos Junior Marini (Podemos), Rafael Celestrin (PSD) e Thania Maria Caminski Gehlen (PP).

Mantiveram-se contrários ao PL, os vereadores Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV), Januário Koslinski (PSDB) e Romulo Faggion (União Brasil), que já haviam manifestado voto contrário na primeira votação, na sessão de segunda-feira (1º).

Eles afirmaram que não são contrários ao mérito, ou seja, são favoráveis a aquisição do equipamento que trará benefícios ao município, porém são contrários ao projeto da forma como ele foi encaminhado ao Legislativo, já que não apresenta todas as informações técnicas e legais necessárias para a sua aprovação.

Aquisição

Segundo o PL apresentado pelo Executivo, a aquisição do conjunto móvel de britagem e peneiramento é necessária porque o "Município pretende instalar o sistema de britagem de rochas em imóvel recentemente adquirido para a instalação da Usina de Asfalto, objetivando reduzir os custos de diversos serviços que demandam a utilização desses materiais, principalmente os de pavimentação asfáltica. De acordo com o processo licitatório de registro de preços para o ano de 2022, tem-se a seguinte quantidade de materiais provenientes da britagem de rocha e seus respectivos valores: 1.208 toneladas de pedra brita 1 1/8", com estimativa de R$ 91.204,00; 3.617 toneladas de pedra brita 3/8" (pedrisco), R$ 268.743,00; 4.068 toneladas de pó de pedra, R$ 201.569,40; 25.308 toneladas de pedra graduada, R$ 1.314.750,60; e 40.100 toneladas de rachão (macadame seco), R$ 2.663.442,00; com estimativa total de R$ 4.539.709,10".

Redução de gastos

De acordo com o Executivo, "a produção própria desses materiais reduzirá consideravelmente os gastos do Município, ao passo em que a economia gerada será revertida de modo a compensar os investimentos iniciais. Considerando que o Município adquiriu um terreno contendo uma jazida com as especificações ideais de rocha para atender às necessidades dos serviços a serem realizados, a próxima fase é a implantação do sistema de britagem, sendo necessária a aquisição do conjunto móvel de britagem e peneiramento".

Projeto estabelece piso salarial para trabalhadores da limpeza urbana

Agência Senado

Um projeto de lei apresentado no Senado prevê um piso salarial de R$ 1.850 mensais para os trabalhadores da limpeza urbana. Esse projeto (PL 3.253/2019) foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado e aguarda análise na Câmara dos Deputados.

A proposta, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), tem o objetivo de regulamentar a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas.

O texto especifica as atribuições da categoria, a jornada de trabalho e as exigências para exercer essas funções. Também prevê adicional para o trabalhador que for exposto a agentes nocivos à saúde, além de estabelecer piso salarial.

A matéria tramitou na CAS em decisão terminativa. Por essa razão, como não foi apresentado recurso para votação do texto no Plenário do Senado, o projeto foi enviado diretamente para a Câmara dos Deputados.

Saídas temporárias de presos

O Senado voltará a analisar o projeto de lei que restringe as saídas temporárias de presos. A matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados na quarta-feira (3), na forma do substitutivo que o deputado federal Capitão Derrite (PL-SP) apresentou ao PL 6.579/2013. A proposta já havia sido aprovada no Senado, onde teve origem. Mas, como sua redação foi alterada na Câmara, o texto terá de retornar ao Senado para nova análise.

O projeto original é de autoria da ex-senadora Ana Amélia (a matéria tramitou no Senado na forma do PLS 7/2012). Sua proposta limitava os chamados "saidões" em diversos casos. Já a versão aprovada na Câmara extingue completamente essas saídas.

PELO PARANÁ

ADIPR
Associação dos Jornais e Portais do Paraná

Licenciamento anual

O período para pagamento do licenciamento anual ou documento do veículo, de porte obrigatório e que permite a circulação dos veículos, começou na segunda-feira (1º). Circular sem o licenciamento quitado pode acarretar multa de R$ 293,47, sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e apreensão do veículo. A guia de recolhimento pode ser emitida por meio do portal do Detran ou aplicativo Detran Inteligente, no valor de R$ 86,50 para todos os veículos. A consulta aos débitos do veículo pode ser feita no site do Detran-PR.

Oficiais do Mercosul

Cerca de 80 conselheiros de Cortes de Contas de quatro países do Mercosul – Argentina, Paraguai, Colômbia e Brasil – se reúnem nos dias 11 e 12, em Foz do Iguaçu, do Terceiro Encontro da Associación de Entidades Oficiales de Control Público del Mercosur (Asur), entidade que reúne as cortes de fiscalização dos países do Mercosul. O objetivo é debater o aperfeiçoamento do controle externo no âmbito do mercado comum, segundo o presidente da entidade, conselheiro Marco Peixoto (TCE-RS). O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) será o anfitrião do evento internacional.

Paraná Trifásico

O programa Paraná Trifásico já construiu 9 mil quilômetros de redes trifaseadas desde sua implantação no Estado. Outros 3,5 mil quilômetros estão em obras. No total, serão 25 mil quilômetros de novas redes até 2025, um investimento de 2,7 bilhões. A troca da tecnologia monofásica para trifásica permite identificar rapidamente problemas na rede e religar automaticamente a energia.

Apoio

O Partido Liberal (PL) confirmou, durante a convenção estadual do partido, na noite da quarta-feira (3), em Curitiba, a candidatura do deputado federal Paulo Martins para o Senado no Paraná. Martins já havia recebido o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD). " Esses apoios ajudam muito a identificar quem eu sou e de que lado eu estou. Apoio político significa confiança e eu sou muito grato a todos que me apoiam", disse Martins.

Combate ao racismo

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou a proposta que promove atualização na lei de combate ao racismo no estado. O projeto de lei, que trata da divulgação de informações contra a prática de ato discriminatório por motivo de raça ou cor, foi aprovado em primeiro turno de votação. A proposição recebeu emenda de plenário e, com isso, retornou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta prevê a ampla divulgação da definição dos crimes de racismo e de injúria racial e dos números do telefone do SOS – RACISMO (0800.642.0345) e o e-mail sosracismo@sejuf.pr.gov.br.

Antiviral

A Pfizer anunciou que está em "tratativas finais" com o Ministério da Saúde para o fornecimento do antiviral contra a Covid-19 Paxlovid para o Brasil. O uso emergencial foi aprovado pela Anvisa em março e incorporado para pacientes do SUS imunossuprimidos e com mais de 65 anos em maio. O medicamento deve ser tomado no início da infecção por pacientes com alto risco de evoluir para casos graves. A quantidade negociada não foi divulgada.

Preço do diesel

A Petrobras anunciou que a partir desta sexta-feira (5), o preço médio de venda de diesel A da Petrobras para as distribuidoras passará de R$ 5,61 para R$ 5,41 por litro, redução de R$ 0,20 por litro. Segundo a empresa, considerando a mistura obrigatória de 90% de diesel A e 10% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor passará de R$ 5,05, em média, para R$ 4,87 a cada litro vendido na bomba.

Da Redação ADI-PR | Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. jornalismo@adipr.com.br